



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANDERSON CARLOS DOS SANTOS SILVA**

**AS CONCEPÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL  
BRASILEIRO PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA NA  
ATUALIDADE: EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2019**

**ANDERSON CARLOS DOS SANTOS SILVA**

**AS CONCEPÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL  
BRASILEIRO PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA NA  
ATUALIDADE: EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup>. Mônica Barros da Nóbrega

**CAMPINA GRANDE**

**2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Anderson Carlos dos Santos.

As concepções sobre os fundamentos do serviço social brasileiro presentes na produção científica da área na atualidade [manuscrito] : experiência de iniciação científica / Anderson Carlos dos Santos Silva. - 2019.

27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega , Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Serviço Social. 2. Produção do conhecimento. 3. Iniciação científica. 4. Fundamentos do Serviço social. I. Título

21. ed. CDD 361

ANDERSON CARLOS DOS SANTOS SILVA

**AS CONCEPÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL  
BRASILEIRO PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA NA  
ATUALIDADE: EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 12/12/2019

**BANCA EXAMINADORA**

Mônica Barros da Nóbrega

Profª Drª Mônica Barros da Nóbrega  
(Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Thereza Karla de S. Melo

Profª Me. Thereza Karla de Souza Melo

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Patrícia Crispim Moreira

Profª Me. Patrícia Crispim Moreira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, em especial à minha mãe, pelo apoio, amor e compreensão durante o decorrer desta graduação e em todos os momentos da minha vida, DEDICO.

## Sumário

1 INTRODUÇÃO .....	6
2 CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR: BREVES CONSIDERAÇÕES .....	8
3 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR .....	13
3.1 O Serviço Social e o ideário pós-moderno: breves comentários e estratégias de resistência.....	15
4 O DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA .....	19
4.1 Os caminhos metodológicos percorridos na análise dos artigos da Revista Serviço Sociais e Sociedade .....	20
4.2 A concepção sobre os Fundamentos do Serviço Social na Revista Serviço Social e Sociedade .....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS .....	24

**AS CONCEPÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL  
BRASILEIRO PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA NA  
ATUALIDADE: EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

Anderson Carlos dos Santos Silva\*<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso sistematiza os resultados do subprojeto “AS CONCEPÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA NA ATUALIDADE” desenvolvido durante a nossa participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/ PIBIC/UEPB/CNPq - cota 2018/2019, o qual faz parte do Projeto Estruturante intitulado SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: OS DILEMAS DOS FUNDAMENTOS, DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL, compondo o eixo dos Fundamentos. O referido subprojeto teve como objetivo geral analisar as concepções sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro presentes na produção científica da Revista Serviço Social e Sociedade na atualidade, considerando-o como uma totalidade social, inserida no contexto atual de crise do capitalismo. Como objetivos específicos identificar a concepção de Fundamentos do Serviço Social brasileiro que prevalece nessa produção; verificar qual a relação entre a concepção sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro que prevalece nessa produção e o projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996 e apreender as concepções sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro na produção científica em análise. Metodologicamente caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na Teoria Social Crítica e como lapso temporal o período de 2010 a 2017. Os resultados indicam que predomina uma concepção de Fundamentos da profissão relacionada à teoria, história e método, partindo de uma abordagem com enfoque na perspectiva de totalidade. Logo, existe uma sintonia entre a concepção presente nos artigos analisados e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996, as quais ressaltam a importância da análise do ser social e da construção do conhecimento, situados historicamente no processo de constituição da sociedade, com ênfase no modo de produção capitalista, do conhecimento das particularidades da formação sócio-histórica Brasileira e do trabalho profissional fundamentado no conhecimento crítico do modo de ser e de pensar do Serviço Social.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Produção do Conhecimento. Iniciação científica. Fundamentos do Serviço Social.

**ABSTRACT**

This Work of Course Conclusion systematizes the results of the sub-project "THE CONCEPTIONS ON THE BRAZILIAN SOCIAL SERVICE BASIS IN THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF THE AREA IN ACTUALITY" developed during our participation in the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships/ PIBIC/UEPB/CNPq - quota 2018/2019, which is part of the Structuring Project entitled BRAZILIAN SOCIAL SERVICE: THE DILEMAS OF THE FOUNDATIONS, TRAINING AND PROFESSIONAL WORK, composing the axis of the Fundamentals. The general objective of this subproject was to analyze the conceptions of the Foundations of the Brazilian Social Service present in the scientific production of the Journal Social Service and Society today, considering it as a social

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [andersoncar22@gmail.com](mailto:andersoncar22@gmail.com)

totality, inserted in the current context of crisis of capitalism. As specific objectives to identify the conception of Fundamentals of the Brazilian Social Service that prevails in this production; to verify which is the relationship between the conception on the Fundamentals of the Brazilian Social Service that prevails in this production and the project of formation expressed in the Curriculum Guidelines of 1996 and to apprehend the conceptions on the Fundamentals of the Brazilian Social Service in the scientific production under analysis. Methodologically, it was characterized as a bibliographic and documentary research, based on Critical Social Theory and as a time lapse the period from 2010 to 2017. The results indicate that a predominant conception of Fundamentals of the profession related to theory, history and method, starting from an approach focused on the perspective of totality. Thus, there is a harmony between the conception present in the analyzed articles and the Curriculum Guidelines of the Social Service Course of 1996, which highlight the importance of the analysis of the social being and the construction of knowledge, historically situated in the process of constitution of society, with emphasis on the mode of capitalist production, knowledge of the particularities of Brazilian social and historical training and professional work based on critical knowledge of the way of being and thinking of Social Service.

Keywords: Social Services. Knowledge Production. Scientific initiation. Fundamentals of Social Service.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo apresentar os resultados do subprojeto vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UEPB/CNPq, cota 2018– 2019, o qual teve como título AS CONCEPÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA NA ATUALIDADE, o qual integrou o projeto estruturante intitulado “SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: OS DILEMAS DOS FUNDAMENTOS, DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL”. Projeto estruturante este que será desenvolvido através de subprojetos, os quais atenderão a 03 (três) eixos temáticos de análise: os fundamentos do Serviço Social, a formação e o trabalho profissional, no período de 2018 a 2020.

O referido subprojeto buscou analisar as concepções sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro presentes na produção científica da Revista Serviço Social e Sociedade na atualidade, no período de 2010 a 2017, inserindo-se nas atividades realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social/GETRAPS, do Departamento de Serviço Social/UEPB, que estimula as discussões e investigações desenvolvidas na Graduação e na Pós-Graduação em Serviço Social, na linha de pesquisa Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social.

No debate sobre os Fundamentos do Serviço Social, Closs (2015) ressalta que estes dizem respeito à matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual porta dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Para a autora, esta matriz conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão esta cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho, assim como do projeto ético-político profissional.

A motivação principal para a elaboração deste trabalho foi a rica experiência de participarmos durante duas cotas do PIBIC/UEPB/CNPq sobre o mesmo tema, apenas

mutando o material empírico, ou seja, as fontes dos dados. Nessas experiências foi possível constar uma diversidade de temas que vem circunscrevendo o interesse dos pesquisadores na área de Serviço Social, o que denota, pois, a intensa interlocução da profissão com o movimento da sociedade, permitindo compreendê-la densa de historicidade (IAMAMOTTO, 2016), contudo observamos também uma secundarização conferida ao tema dos Fundamentos do Serviço Social.

Acrescentamos ainda, a oportunidade de participarmos como monitor bolsista durante o início do curso no Componente Curricular “Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológico do Serviço Social I”. Portanto, o debate sobre os Fundamentos sempre nos instigou, além de ser um tema bastante debatido durante nossa formação: são seis (6) componentes sobre os Fundamentos para os alunos do curso. Vale lembrar a obra organizada por Adriana Férriz (2014) juntamente com a turma de professores da UEPB, onde nos é apresentada a trajetória histórica e teórico-metodológica do curso de Serviço Social nesta instituição. A temática dos Fundamentos é reconhecida como uma área carente de pesquisas (CLOSS, 2015), o que nos possibilitou um contato mais aprofundado com o debate sobre o tema.

Os Fundamentos do Serviço Social se constituem em um tema de pesquisa relevante, visto que vem sendo secundarizado na produção teórica da área (CLOSS, 2015), tendo-se assim a necessidade de mais estudos referentes à temática em questão, especificamente no momento atual, no qual se observa profundas transformações societárias que trazem repercussões para a vida em sociedade, particularmente para as profissões. Também se justifica tendo em vista a centralidade e a importância do debate dos Fundamentos para a profissão, possibilitando dar visibilidade a importância de estudos em torno desta temática tão passível de dificuldades e de compreensão (SANTOS, 2018).

Ao adotarmos uma perspectiva marxista de análise foi imprescindível considerar a conjuntura histórica e social em que se insere toda a discussão em volta deste tema. Ao apresentarmos a discussão sobre a produção científica, mesmo que ao nível de um Trabalho de Conclusão de Curso não poderíamos desconsiderar o debate sobre a contrarreforma do Ensino Superior, inserida na conjuntura atual da crise capitalista e suas expressões na vida em sociedade, particularmente na produção de conhecimento no Serviço Social. Nesse sentido, a discussão apresentada neste artigo está inserida em uma totalidade social, inflexionada pelo contexto atual de crise do capitalismo, a qual, conforme Meszáros (2004) expõe, de forma incisiva, sua irreformabilidade, incontornabilidade e destrutividade.

Portanto, este trabalho tem como suporte a teoria social crítica, com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. Teoria esta que adota o método de análise fundamentado na razão dialética, tendo como eixo categorial a totalidade, a mediação, a contradição e a historicidade.

No primeiro tópico deste trabalho, apresentamos, de forma sintética, a nossa temática e o nosso objeto de estudo, bem como a estruturação do nosso trabalho. Em seguida, no segundo tópico, discutimos os ataques impostos pós-adoção do ideário neoliberal, por volta da década de 1990, os quais vão além do âmbito comercial e financeiro (IAMAMOTO, 2015), influenciando e atingindo os âmbitos sociais; culturais e, particularmente, educacionais. Destacamos como a década de 1990 representou um *boom* na contrarreforma<sup>2</sup> do ensino superior, bem como ressaltamos, brevemente, os ataques presenciados nas políticas sociais e nos direitos sociais nos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e as tendências do governo Bolsonaro.

---

<sup>2</sup>Behring (2003, p174), ao analisar os principais pressupostos que estão presentes na reforma do Estado do ministro Bresser Pereira, afirma que se trata de um “processo destrutivo não criador [...] uma contrarreforma do Estado brasileiro, que implicou um profundo retrocesso social em benefício de poucos”. Nessa perspectiva, o papel do Estado se contraria na estabilidade econômica e no desenvolvimento, associado à flexibilização e à descentralização das políticas sociais.

O ensino superior em nosso país nunca foi efetivado, de fato, como um direito. É inegável seu caráter elitista e a diminuta parcela de estudantes que conseguem acessar o ensino superior, mesmo com todas as conquistas já alcançadas (ANTUNES e LEMOS, 2018). A Constituição Federal de 1988 trouxe um salto no que diz respeito ao direito à educação em todos os níveis de ensino, inclusive ao superior, porém como veremos ainda no segundo tópico desde artigo, a década de 1990 também representou o aprofundamento da contrarreforma do ensino superior com o forte apelo à mercantilização da educação, ditada pelo capitalismo e pelo ideário neoliberal.

No terceiro tópico discutimos as inflexões da contrarreforma do ensino superior na produção do conhecimento, mais especificamente no Serviço Social. Buscamos trazer, de forma breve, como o Serviço Social adquiriu status de área do conhecimento, e posteriormente os ataques sofridos após esta conquista. Debates como o pensamento pós-moderno contribui para manutenção da ordem burguesa e a sua incorporação pela profissão que vai de encontro com o defendido hegemonicamente pela categoria profissional (ABEPSS, 2018). Ao mesmo tempo apresentamos também as estratégias de luta e resistência da categoria profissional diante dos ataques sofridos na atualidade.

Toda esta discussão sobre a contrarreforma do ensino superior e os rebatimentos na produção do conhecimento, em particular no Serviço Social, nos leva ao tema central deste trabalho: o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social Brasileiro e a produção de conhecimento na área.

Enfim, no quarto tópico apresentamos o debate sobre os fundamentos do Serviço Social brasileiro, expomos a metodologia utilizada na realização da pesquisa, os resultados alcançados e as possíveis contribuições, seguido das considerações finais.

## **2 CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR: BREVES CONSIDERAÇÕES**

É importante recuperar, mesmo que de forma breve, a história da implementação da educação superior no nosso país, sempre inserida no contexto de transformações sociais, econômicas e culturais impostas pelo capitalismo. Prado Júnior (1970), utilizando a teoria marxista, nos mostra, de maneira exemplar, como o Brasil sempre foi utilizado com o intuito de exploração. Desde o seu descobrimento, ocorrido por acaso em um projeto de expansão marítima de países europeus – em nosso caso por Portugal – o Brasil foi descoberto com o intuito de ser explorado; nas palavras do autor uma colônia de “exploração” e não uma colônia de “povoamento” como ocorrido em países europeus. O objetivo do país era fornecer bens primários para que o processo de expansão do capitalismo obtivesse êxito nos países exploradores, fase esta marcada pela acumulação capitalista em sua etapa inicial.

Costa (2018, p.35) afirma que “a educação pública no Brasil é marcada, historicamente, pela exclusão das classes subalternas, tendo sido sua constituição voltada para as elites do país”. O ensino nos séculos XIV ao XVIII atingiu menos de 0,1% da população, segundo pesquisas desenvolvidas pela autora acima citada. Compartilhando das ideias de pesquisadores como Caio Prado e Florestan Fernandes, a supracitada autora afirma que a introdução da educação superior no Brasil ocorreu apenas no século XX, de forma lenta e acompanhada das mudanças trazidas pela urbanização e industrialização do país, quando um nível mínimo de escolarização passou a ser exigido.

Vale lembrar que os cursos superiores começaram a ser implementados no Brasil apenas “a partir de 1808 com a chegada de D. João VI. Eram cursos superiores isolados, não articulados no âmbito de universidades.” (COSTA, 2018, p.35).

Como podemos observar a constituição do nosso país, e conseqüentemente do nosso modelo de ensino e de universidades “teve suas raízes históricas, culturais e pedagógicas fincadas nos modelos europeus, mais especificamente do modelo português, marcado por uma

senilização institucional precoce”, conforme Florestan Fernandes (FERNANDES, 1975 apud COSTA 2018, p.36). A política educacional no país foi criada sob o pretexto da formação agilizada, com a ênfase na abertura de faculdades e escolas superiores, ao invés de universidades.

A abordagem do surgimento e implementação dos cursos superiores no Brasil já é um assunto bastante explorado e debatido na literatura, inclusive do Serviço Social, não sendo o objetivo deste artigo. Foi necessária esta breve colocação, para nos debruçarmos na contemporaneidade, porém não esquecendo os traços de continuidade e rupturas ocorridos ao longo da história da política de educação no país.

Já é consensual entre os estudiosos da Política de Educação no Brasil que a Constituição Cidadã de 1988 trouxe diversos avanços no âmbito das políticas sociais, em especial à de Educação. A conquista da educação como um direito de todos e dever do Estado foi a nossa maior conquista na época. Porém, logo na década de 1990, a partir da ofensiva neoliberal, o Estado brasileiro sofreu uma verdadeira refuncionalização ao incorporar os ditames do Consenso de Washington. A contrarreforma do ensino superior, impulsionada (IAMAMOTO, 2015) pelos ditames do Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros organismos multilaterais, trouxe um discurso totalmente oposto ao direito de todos, expresso na Constituição Federal de 1988, há agora uma ênfase na expansão do setor privado, na sua privatização e, conseqüentemente, desvalorização.

Sabemos que historicamente o sistema capitalista entra em crises frequentes, as quais provocam novos conflitos, trazendo sempre à tona novos consensos perante a natureza antagônica inerente a esse modo de produção — o antagonismo entre os que vivem da riqueza e os produtores, presente em toda sociedade de classe e que se torna mais forte na “fina flor” capitalista (CASTILHO, et al, 2017), gerando uma oposição de interesses. Diante do fracasso da postura do mercado nos anos 1980, sob orientação neoliberal, e sob uma nova crise destas, foram reelaboradas novas estratégias de dominação capitalista sem prejuízo do objetivo principal: expansão do capital com hegemonia política. Sob essa ótica, se pautou uma promessa de que estava em curso uma retomada das reformas, uma nova configuração do Estado e, por conseguinte, uma reorientação das políticas sociais, todavia, como veremos, estas contrarreformas são realizadas como estratégia de superação da própria crise.

Cabe salientar que esta contrarreforma não é imparcial, ou casual, ela “demonstra funcionalidade a favor da expansão do setor privado, determinada social e historicamente” (ANTUNES e LEMOS, 2018, p.13). O que se quer afirmar é que esta crise não se limita a uma crise financeira ou meramente fiscal, ela faz parte de um projeto de classe, com vistas à manutenção da ordem vigente, na qual o estado transfere suas responsabilidades para o âmbito privado.

Em suma, segundo Iamamoto (20015, p.433) a contrarreforma da educação superior teve como propósito:

[...] compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter a universidade aos interesses empresariais.

Como apresentado, essas medidas tiveram início na década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), promovendo a aceleração no processo de privatização das instituições. Data-se deste governo também, o financiamento público do empresariado da educação (IAMAMOTO, 2015) com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Ao ser submetido aos ditames de órgãos internacionais com políticas massivamente neoliberais, a educação superior no país se vê ameaçada, tanto didática, científica e administrativamente falando. O tripé ensino, pesquisa e extensão corre o risco de

se curvar aos interesses de empresas privadas, pois no momento em que estas se tornam financiadoras dos projetos de pesquisa passam também a interferir na definição dos temas. Iamamoto (2015, p.449) aponta como uma “inversão da relação sujeito/coisa” acontecendo a “submissão do homem às coisas”, o cientista se tornaria assim refém da sua própria atividade e perderia sua autonomia durante as investigações.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, foi formalizada a abertura da livre comercialização da educação, sendo autorizada, assim, a participação privada em todos os níveis educacionais (PEREIRA, et al, 2017). Teve destaque na época o incentivo à política de isenções fiscal, promovendo um boom do mercado privado a partir de 1995. A educação, pois, passou a ser vista como mais uma mercadoria no sistema capitalista, passível de compra, venda e troca sempre com o objetivo final de produzir lucro.

O incentivo aos cursos na modalidade a distância (EaD) também foi uma das proposições da LDB. A partir da promulgação da mesma foi autorizada a inclusão da EaD como passível de uso em todos os níveis de ensino. Com esta modalidade de ensino não se consegue promover o desenvolvimento de atividades como monitoria, projetos de extensão, iniciação científica, além de debates, seminários, a própria discussão pedagógica e diversas outras atividades realizadas em sala de aula. Consequentemente, não há também o aspecto político, pois os centros acadêmicos e movimentos estudantis não são constituídos nestas universidades.

Portanto, na década de 1990 ocorreu uma contrarreforma da educação superior, com a implementação do neoliberalismo no Brasil. No início do século seguinte, o governo de Lula e Dilma deu sequência ao projeto de desmonte da educação superior no país, dando continuidade a agenda neoliberal. Guerra (2010, p.726-727) aponta três diretrizes principais adotadas por estes governos: “o financiamento público do ensino universitário privado; o aumento demasiado do número de alunos e da educação a distância e o sistema de Avaliação Capes.”

O governo Lula deu continuidade aos ditames do Banco Mundial, de modo que ampliou o número de vagas nas instituições privadas via programa de Financiamento Estudantil (FIES), no qual o Ministério da Educação e Cultura (MEC) financiava cursos superiores em instituições privadas. Foi lançado em 2007 o Programa Universidade para Todos (PROUNI), programa criado pelo MEC para fornecer bolsas de estudo parciais e integrais em instituições de ensino particulares. Esses programas são marcados pelas isenções e benefícios fiscais, além do estímulo ao ensino à distância, dentre outros programas que foram criados. O objetivo principal sempre foi a “ocupação de vagas ociosas das universidades (ou centros universitários) privadas” (GUERRA, 2010, p.726-727).

Partindo de uma abordagem crítica, em sua publicação sobre educação e Serviço Social, Motta et al (2017) apontam que entre 1995 e 2002, nos governos FHC, foi notório o fortalecimento do setor privado mercantil, com o aumento de 129,86% no quantitativo de matrículas em instituições privadas, enquanto o setor público teve um aumento de 55,01%. A partir dos anos 2000 essa tendência é enfatizada, com a concentração/centralização dos grandes grupos educacionais e o crescimento do ensino EaD.

Se nos governos Lula e Dilma aconteceram continuidades no processo de contrarreforma, este processo se deu, paradoxalmente, junto de uma ampliação e democratização do acesso (COSTA, 2018). Podemos apontar o aumento no número de cotas, e a abertura das universidades públicas ao ingresso de filhos e filhas da classe trabalhadora como conquistas marcantes da época. Também dando continuidade às ideias neoliberais, às vésperas de concluir seu mandato o presidente Temer assinou a portaria N°1.428 de 28 de dezembro de 2018 (MINISTÉRIO DA BRASIL, 2018), na qual aumentou para 40% o limite de disciplinas de Educação a Distância na graduação no País. Isso mesmo, cursos presenciais

poderiam a partir desta data ofertar até 40% das aulas à distância. Vale destacar que antes a lei permitia o limite máximo de 20%.

Toda essa oferta no âmbito da educação superior privada acabou provocando uma “crise de sobreprodução no negócio do ensino superior privado, e o Estado, como no passado, entra em cena para lhe garantir um mercado cativo, que evite a sua falência, em vez de proceder a sua nacionalização” (COGGIOLA, 2004, p.18).

O governo Bolsonaro é uma das expressões mais fortes na defesa das instituições privadas de ensino em detrimento da universidade pública, expressando o agudizamento do neoliberalismo e do conservadorismo no país. Nas palavras de Paula (2018, p.65) a contrarreforma do ensino superior é ditada pelo BM e as normas “são, em geral bem traduzidas domesticamente pelos responsáveis oficiais pela reforma do Estado e da Educação Superior em nosso país.”

Atualmente o Brasil vive uma das épocas de maior desafio ao âmbito universitário da história do país desde 1988 (VIEIRA, 2019). O Projeto Future-se<sup>3</sup>, lançado em 17 de julho de 2019, demonstra o ataque mais recente às universidades públicas nacionais. Ainda sob a forma de projeto, o governo propõe uma verdadeira transformação na gerência e administração da educação superior no Brasil. É necessário estarmos atentos a esse projeto, pois “as frações de classe e as forças sociais capazes de operar em torno desses enunciados gerais e levar sua implementação adiante” (p.94) estão em pleno mandato presidencial.

As ideias impostas pelo novo governo, por meio do Future-se, podem ser resumidas nas falas do próprio Bolsonaro: “Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa” (PARTIDO SOCIAL LIBERAL, 2018, p. 46). O termo com maior ênfase em sua proposta é, sem dúvidas, o empreendedorismo. O objetivo é utilizar as universidades públicas para atender aos interesses do desenvolvimento capitalista (VIEIRA, 2019).

Com os cortes de verbas e congelamentos de gastos previstos pela Emenda 95 (antiga PEC 241 na Câmara e PEC 55 no Senado), o governo Bolsonaro propõe o financiamento por órgãos privados como saída para as universidades públicas. Que as universidades com seus discentes se guiem pela lógica mercantil capitalista do empreendedorismo, submetendo, como já dizia Iamamoto (2015), os interesses sociais e necessários das pesquisas aos do mercado capitalista, onde as pesquisas se tornariam mais um meio de obtenção de lucros.

Há também um ataque direto à área das Ciências Sociais Aplicadas, tendo em vista primeiro sua condição de produção de conhecimento desatrelada diretamente da produção financeira, a exemplo de áreas como medicina e engenharias onde o número de recursos para pesquisas é consideravelmente maior, sob o – pseudo – discurso do retorno mais rápido e das possíveis descobertas. E segundo e mais grave, seu anticomunismo tacanho (VIEIRA, 2019). Sob o combate ao que se chama de doutrinação, o governo Bolsonaro pretende reduzir ainda mais as pesquisas da área das Ciências Sociais Aplicadas Humanas, principalmente as ideias e autores que tragam algum posicionamento contra a ordem social vigente. Nas palavras do autor está acontecendo “uma cruzada contra autores como Karl Marx, Judith Butler, Paulo Freire e Antonio Gramsci, dentre outros e outras” (p.95).

Portanto, segundo Lara (2007), a pesquisa científica está submetida aos ditames e à concepção burguesa de ciência; a sistematização da realidade social, ou melhor, o conhecimento, está voltado aos interesses produtivos do capital. As ciências sociais possuem dificuldades de se firmarem diante da ciência moderna, tendo em vista não conseguirem obter resultados práticos e imediatos como esperado. Tal questão justifica os ataques sofridos pelas

---

<sup>3</sup> Por se tratar de uma proposta de Programa o texto completo do Future-se não se encontra mais disponível nos sites do governo. Durante os dias 17 de julho e 29 de agosto de 2019 o Projeto esteve aberto para consulta pública, onde a sociedade pôde ler e enviar seus posicionamentos e comentários. Desde então o projeto se encontra sob análise do MEC e a página para consulta e leitura foi retirada do ar.

Ciências Sociais, principalmente após o processo de contrarreforma da educação superior e adoção do ideário neoliberal, atrelado ainda aos encantos da pós-modernidade, os quais trataremos mais adiante.

Durante o século XX criou-se uma fragmentação no meio acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento da Universidade “enquanto Instituição, que tem como um de seus principais objetivos formarem especialistas” (LARA, 2007, p.74). O autor aponta a parcialidade e fragmentação da produção intelectual assim como uma tendência à competição entre as diversas áreas do conhecimento. A Universidade é a instituição socialmente responsável dentro da divisão social e técnica do trabalho pela produção de conhecimento, e no contexto mais recente há um enfoque nas ciências naturais, por possibilitarem justamente estes interesses práticos, respostas e pesquisas com potencial de desenvolvimento tecnológico e industrial, voltados assim ao interesse do grande capital.

Enfim, para Lara (2007, p.75) “ao se realizar pesquisas e produzir conhecimentos, não se deve deixar de fora da pauta as bases objetivas da sociedade que, infelizmente, têm propósitos voltados somente para a produção e reprodução da riqueza”.

No Serviço Social, as Diretrizes Curriculares de 1996 representam um marco no processo de construção do projeto pedagógico da formação profissional na área, principalmente no que se refere à afirmação das “dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria-realidade.” (ABEPSS, 2019). Fruto de lutas da categoria, estas Diretrizes Curriculares vêm sendo desafiadas pelas estratégias privatistas e mercantilistas do ensino superior no país, implementadas desde os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994/2002) e intensificadas atualmente via Programa Universidade para Todos (PROUNI); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Financiamento Estudantil (FIES).

O Serviço Social acumulou diversas conquistas na década de 1990, a exemplo da elaboração do Código de Ética de 1993, da Lei que Regulamenta a Profissão de 1993, a visibilidade conferida ao Projeto ético-político da profissão, a Construção das Diretrizes Curriculares de 1996, partindo do currículo de 1982 como base, porém agora com a incorporação dos pressupostos da Teoria Crítica como matriz do conhecimento da profissão, dentre outras. Como ressalta Iamamoto (2015, p.51): “os assistentes sociais ingressaram os anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento”.

As Diretrizes Curriculares de 1996, nas palavras de Abreu (2016, p.251): “representam um avanço substantivo no processo de construção do projeto pedagógico da formação profissional em Serviço Social”, tomando as condições objetivas e subjetivas como matérias que perpassam e adensam a formação e o exercício profissional. Importante também o que Iamamoto (2015) acrescenta em relação ao novo currículo, que o componente curricular atual “Fundamentos Histórico e Teórico- Metodológico do Serviço Social” surge dessa reformulação, representando a junção das disciplinas “História, Teoria e Método do Serviço Social”, até então tratadas de maneira autônomas no processo formativo.

Conforme destacam os autores, a exemplo de Iamamoto (2015), Coggiola (2004) e Vieira (2019) todo o desmonte das universidades, da ciência e a realocação de recursos públicos, permitem a reserva de frações cada vez maiores do fundo público para ser utilizado pela iniciativa privada e ao mesmo tempo ampliam a submissão da produção do conhecimento à mercantilização e ao empresariado. Podemos perceber como a contrarreforma do ensino superior vai contra todo ideário de educação defendida pela Constituição Cidadã de 1988 e ao mesmo tempo é fruto dos fundamentos de reafirmação da ordem vigente.

Pretendemos no próximo tópico debater como esses ataques trazidos pela contrarreforma do ensino superior inflexionam a produção do conhecimento, mais

especificamente no Serviço Social. Ao mesmo tempo em que discutiremos também as estratégias de luta e resistência da nossa categoria profissional.

### **3 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR**

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, diretamente ligado à Igreja Católica, no bojo do reformismo conservador e no despertar da Igreja e do Estado ao enfrentamento das expressões da questão social. Esta “deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna [...] para constituir-se essencialmente, na contradição antagonica entre burguesia e proletariado” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Todavia, foi apenas no final do século XX, na década de 1980, que o Serviço Social adquiriu seu amadurecimento intelectual. Neste sentido, é importante retomar, de forma breve, o trajeto até a maturidade acadêmica da profissão, processo este que ficou conhecido como “Movimento de Reconceituação” (NETTO, 2011).

Netto (2011) ressalta que um primeiro suporte teórico-metodológico foi buscado na matriz positivista, marcado pela apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Próximo à década de 1960, a partir das novas condições econômicas e políticas gestadas com a ditadura militar, se tornou possível e se pôs como socialmente necessária uma renovação do Serviço Social brasileiro, expressa no campo da pesquisa, da formação profissional, da organização política dos assistentes sociais e no mercado de trabalho profissional.

A primeira tendência apontada por Netto (2011) como expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, a Modernização Conservadora, que se constitui na tentativa de buscar cientificidade para a profissão, bem como a modernização do caráter técnico-operativo, sem romper, contudo, com as bases positivistas, numa clara adesão a uma nova roupagem conservadora para a profissão. Os documentos de Araxá e Teresópolis foram as expressões mais marcantes da produção científica na época.

A segunda tendência, a Reatualização do Conservadorismo, nas palavras de Netto (2011), teve como propósito negar o positivismo, sem, portanto, superá-lo. O Serviço Social brasileiro fundamentou-se na fenomenologia neste momento, abrindo mão do acervo positivista e desacreditando o referencial dialético-crítico, de aparato marxista. Neste sentido, a intervenção profissional não ultrapassava a ajuda psicossocial para o desvelamento do sentido à pessoa, via diálogo, isolando o usuário do movimento do real em sua totalidade.

Foi somente com a Intenção de Ruptura, a terceira tendência elencada por Netto (2011), que a interlocução entre o Serviço Social e a teoria social de Marx, a qual se vincula a uma vertente revolucionária, cancelando qualquer lastro conservador, vai se configurar justificada, por um lado, pela conjuntura histórica da época e, de outro, pelas próprias características desta matriz teórica, especialmente apta para subsidiar correntes socioprofissionais de sentido crítico. Inicialmente esta tendência foi marcada por “uma aproximação enviesada à tradição Marxista” (Netto, 2011, p.268); mediação essa que se deu por fontes secundárias, pouco qualificadas, com pouca possibilidade de reflexão teórica e com registro de forte ecletismo<sup>4</sup>.

A efetiva incorporação da obra marxista no Serviço Social brasileiro ocorreu nos anos 1980, com a publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, obra produzida por Marilda Iamamoto e Raul de

---

<sup>4</sup>Sobre o sincretismo e ecletismo ver Netto (2009, p.108): o sincretismo acompanha a *inteira* evolução do Serviço Social, estando presente desde suas protoformas aos seus estágios profissionalizados mais desenvolvidos e especializados.

Carvalho, onde se apreende o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, localizada no processo de produção e reprodução das relações sociais (NETTO, 2011).

A partir da superação dos problemas iniciais de aproximação com a tradição marxista, o Serviço Social passou a se debruçar sobre os desafios que a história do país tem revelado à profissão, dialogando e se apropriando do debate intelectual da contemporaneidade no campo das Ciências Sociais do país e do exterior. Desenvolveu-se na pesquisa sobre a natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua história e, principalmente, acerca da realidade social, política, econômica e cultural, gerando uma bibliografia própria e “que tem na criação e expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, iniciada na década de 70, um elemento impulsionador”. (YAZBEK, 2009, p.152).

Assim, ao reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, Mota (2013) ressalta que o Serviço Social brasileiro fortalece a sua intervenção na realidade através da elaboração de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, e definindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão.

Como podemos perceber, é consenso que a década de 1980 trouxe o marco legal do Serviço Social enquanto área do conhecimento; seja pelo seu passo inicial de amadurecimento teórico, seja pelo seu reconhecimento legal pelas agências de fomento. Mota (2013) acrescenta a estes ganhos um significativo crescimento da procura de profissionais de outras áreas pelas pós-graduações em Serviço Social; assim como o crescimento da procura por intelectuais de Serviço Social para participar de bancas examinadoras em áreas afins; e também a notória incorporação e interlocução da bibliografia produzida pela área nas produções das Ciências Sociais e Humanas no Brasil.

Todos os avanços conquistados permitiram à profissão responder pela sua própria produção teórica (LARA, 2007), tendo como destaque a produção científica que se tornou pré-requisito ao Assistente Social para sistematização da realidade social.

Para o Serviço Social, produzir conhecimento na modernidade é ir contra os imperativos do capitalismo, onde todas as atividades humanas, desde os processos econômicos até os culturais e intelectuais mais densos tendem a ser subordinados ao capital.

A adoção da perspectiva crítica na produção do conhecimento, pós Movimento de Reconceituação (NETTO, 2011), é a expressão máxima das respostas do Serviço Social às demandas do capitalismo. Ao adotar uma perspectiva de estudo na qual a categoria da totalidade é um marco e a forma de análise permite uma visão ampla dos problemas estudados o Serviço Social está reafirmando a sua direção hegemônica ancorada na teoria social crítica e contrária à ordem vigente.

A investigação e conseqüentemente a produção de conhecimento no Serviço Social, quando permeadas de valores progressistas e compromissadas em libertar a verdade, são, nas palavras de Iamamoto (2015, p.452) “certamente um espaço de resistência e de luta.” Sendo apontadas pela autora como atividades fundamentais no enfrentamento das expressões da questão social, na formulação de políticas públicas sociais sintonizadas com os movimentos das classes sociais subalternas e na luta contra a ruptura com o conservadorismo.

A pesquisa, conforme Iamamoto (2015, p.453), possibilita a integração entre o ensino da graduação e pós-graduação, constituindo a centralidade na investigação, na atualização docente, na formação profissional e na formação de novas gerações de pesquisadores, contribuindo, neste sentido, para efetivar um “padrão de excelência acadêmica à instituição universitária no exercício de suas funções precípuas”, que não podem, segundo a autora, ser reduzidas à mera transmissão de conhecimentos ou a mera formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho. É necessário fortalecer os intercâmbios acadêmicos

internacionais, articular forças e grupos políticos – não confundir com partidos – na defesa das universidades, potencializando a produção e a difusão de conhecimentos neste contexto difícil pelo qual passamos em plena contrarreforma do ensino superior.

Socialmente convocados a atuar sobre as expressões da questão social, os /as Assistentes Sociais vivenciam um momento de crescimento, descentralização e amadurecimento, segundo Iamamoto (2015), ao tratar sobre a pós-graduação e os rumos da pesquisa em Serviço Social. Segundo a autora, em 2004 a área dispunha de 55 linhas de pesquisas ativas, totalizando mais de 580 projetos de pesquisa em andamento. Quanto aos eixos temáticos, em ordem de representatividade, a autora enumerou da seguinte maneira: 1º – Políticas sociais: Estado e Sociedade Civil; 2º – Relações e processos de trabalho, políticas públicas e Serviço Social; 3º- Cultura e identidades: processos e práticas sociais; 4º - Família, relações de gênero e geração: sociabilidade, violência e cidadania; 5º – Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão e por fim o 6º eixo Movimentos Sociais processos organizativos e mobilização popular. Como podemos observar os Fundamentos da profissão é identificado como o 5º eixo no elenco das temáticas em ordem de representatividade, confirmando o que já vem sendo detectado por diversos pesquisadores da área, ou seja, a secundarização conferida ao tema dos Fundamentos do Serviço Social.

No âmbito das pós-graduações, onde o conhecimento é majoritariamente produzido, foi possível verificarmos atualmente, a partir da análise de documentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a existência de 36 (trinta e seis) Programas de Pós-Graduação, nestes, 16 (dezesesseis) cursos são a nível de mestrado e 20 (vinte) a nível de doutorado (BRASIL, 2019).

Ao adotar uma perspectiva de análise da realidade social com base na categoria da totalidade e com uma visão crítica e histórica da sociedade, ou seja, fundamentado na razão dialética, o Serviço Social se impõe contra o ideário pós-moderno, o qual defende ideias e valores baseados no imediato, no efêmero, tendo a individualidade como ferramentas de análise, o que discutiremos no tópico seguinte.

### **3.1 O Serviço Social e o ideário pós-moderno: breves comentários e estratégias de resistência**

Cabe salientar, antes de qualquer discussão sobre o ideário pós-moderno, que este não se constitui em uma teoria ou método, segundo Cantalice (2013, p.223) o pós-moderno pode ser tido “como um conjunto heteróclito de elaborações e reflexões acerca da realidade”, onde estes traços revelam uma ideologia pós-moderna com sentido e conteúdo político neoconservador.

Para Simionatto (2009) e Cantalice (2013) as transformações societárias ocorridas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, com seus desdobramentos, e sob o domínio capitalista, na sua fase financeira, aumentaram de forma inesperada as contradições e problemas em todas as esferas da vida social. É neste momento que a razão dialética é questionada enquanto instrumento de análise da realidade, sendo desqualificada em favor de tendências mais flexíveis, fragmentadas e discursivas, ou seja, das ideias do pensamento pós-moderno.

O pensamento pós-moderno ganha forças no final dos anos 1970, segundo Junior (2016, p.170), invadindo os domínios do saber, da cultura, manifestações estéticas das mais variadas, da ciência e da política, em suma, “constituindo, nas décadas seguintes, um campo ideoteórico diferenciado e aglutinador de uma larga bibliografia.”

Junior (2016) comenta algumas características do pensamento pós-moderno, as quais podemos elencar de forma breve: primeiramente, a marca da defesa intransigente do conhecimento do mundo tal como ele é, comparando-se aqui ao positivismo, em uma defesa

do pensamento organizado de forma racional; segundo, a forte crítica e oposição à tradição marxista, alegando os novos paradigmas impostos pela sociedade e a incapacidade de análise via teorias totalizantes; terceiro, no que se refere ao plano epistemológico, o autor apresenta a pós-modernidade dotada de uma razão imediata, com a recusa da categoria da totalidade e com forte apelo ao ecletismo teórico.

É incontestável que as transformações apontadas por Simionatto (2009, p.93) trouxeram mudanças diversas na sociedade durante a segunda metade do século XX: “Às demandas tradicionais agregam-se novas demandas resultantes da complexificação da sociedade capitalista.” A globalização, apontada pela autora, introduziu novos desafios práticos e teóricos na análise das relações sociais em pleno capitalismo – agora em sua fase monopolista. Junior (2016) acrescenta, dizendo que as ideias do movimento pós-moderno “não eram de todo descabidas [...], todavia, as respostas que vislumbrava, mostravam-se completamente falhas.” O movimento pós-moderno buscava dar respostas às intensas transformações que aconteciam, porém pelas vias erradas.

Para os autores pós-modernos há uma forte rejeição do “velho” e do “passado”, estes defendem a necessidade de superação das teorias construídas pela modernidade, tendo em vista que as mesmas não atenderiam mais às necessidades do mundo pós-moderno. Segundo Cantalice (2013, p.224): “o conjunto dos fenômenos contidos no interior desse ultrapassa as reflexões e indicações presentes nos clássicos”. Há um discurso de que o conhecimento sobre o mundo contemporâneo necessita ser atualizado a todo custo.

A pós-modernidade estaria assim relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica no estágio do capital globalizado. Simionatto (2009, p.94) destaca que, ao desacreditar das teorias com perspectiva de totalidade e visão ontológica, a pós-modernidade incumbe as teorias fundamentadas no efêmero, no fragmentário, no descontínuo, afastando-se cada vez mais de uma compreensão totalizante da vida social. Por isso esta visão não se esgota no campo teórico, mas “invade as formas de pensar, impõe modelos, participa não só da produção de mercadorias, mas também da produção de relações sociais, de formas de consciência social enquanto princípios articuladores de uma visão de mundo.”

Portanto, as elaborações pós-modernas possuem assumidamente um discurso anti-marxista. Nenhuma outra teoria social, dentre as demais do pensamento moderno foi tão atacada. Devido a sua postura eclética os pós-modernos conseguem maior aceitação entre os conservadores que se identificam com os pensamentos do positivismo, os colocando assim, nas palavras de Cantalice (2013, p.239) “numa vanguarda do anti-marxismo contemporâneo.” Estes rejeitam completamente a teoria marxista, afirmando que a pós-modernidade inauguraria uma era pós-marxismo.

Enfim, o pensamento pós-moderno contribui com a separação entre indivíduo e classe, enfatizando a visão de instituições como a família e a comunidade, com uma ideia abstrata de solidariedade. Simionatto (2009, p.96) destaca esta separação entre indivíduo e classe, e da prevalência do público sobre o privado como primazia para o “aumento da alienação, o esvaziamento das ações histórico-sociais, a neutralização e a banalização do agir político”.

A necessidade da socialização de novos valores e regras é fundamental no processo de reestruturação do capital, de modo a atender a esfera da produção, mas também da reprodução social. A pós-modernidade se encarrega, assim, de promover valores e ideias que promovam, segundo Simionatto (2009, p.95), a “formação de novos pactos e consensos entre capitalistas e trabalhadores, já que o controle do capital não incide somente na extração de mais-valia [...]”. A autora enfatiza, pois, a contribuição da pós-modernidade para adesão das novas classes à nova ideologia do capital, e ainda no seu consentimento.

Apesar dos avanços conquistados pelo Serviço Social, como o amadurecimento teórico, reconhecimento legal pelas agências de fomento (Mota, 2013) e, sobretudo, a constituição de uma vertente crítica, responsável pela renovação da imagem profissional, a

onda conservadora que avança desde os finais dos anos 1980 no Brasil ameaça as tendências de fundar na razão a constituição dos processos e sua explicação. Como ressalta Yazbek (2009), as consequências desta "crise" de referenciais analíticos, permeia a polêmica profissional na atualidade e se expressa pelos confrontos com o conservadorismo que se atualiza em tempos pós-modernos. Coloca-se, assim, como um desafio à profissão a consolidação do projeto ético-político, construído sob a influência da tradição marxista.

Junior (2016) aponta o empobrecimento teórico-metodológico e ético-político da prática profissional vinculada ao projeto ético-político como principal influência da pós-modernidade no Serviço Social. Ao adotar um projeto ético-político de profissão vinculado à defesa da proposta de transformação da ordem vigente, o Serviço Social assume uma postura clara de distanciamento das bases epistemológicas da pós-modernidade. É aí que se encontra a principal relação entre os ideários pós-modernos e o Serviço Social: incompatibilidade e confronto de ideias.

Podemos apontar também “a maior imantação dos posicionamentos individualizantes e despolitizantes” (JUNIOR, 2019, p.179) como forte implicação da influência pós-moderna sobre o Serviço Social. É necessária a categoria se alinhar cada vez mais à direção social estratégica do projeto ético-político, ancorado na tradição marxista, tendo em vista a tendência em pleno quadro de crise capitalista a aderir às tendências fundamentadas em abordagens, voluntaristas, dentre outras apontadas pelo ideário pós-moderno.

Segundo Ortiz (2010), o Serviço Social vivenciou nos anos 1990 o aprimoramento da tendência de ruptura com o denominado Serviço Social “tradicional”, configurando-se a partir desta década, um projeto profissional com clara direção social e política, expressando não apenas o amadurecimento interno da profissão, mas sua posição de resistência em face ao contexto de crise do capital. Projeto este materializado a partir de conjunção de várias dimensões, as quais contemplam desde o efetivo reconhecimento da teoria social crítica como substrato teórico, a partir da adoção de concepções de pensamento crítico e político capaz de fundamentá-lo, até a organização política da categoria e o conjunto de documentos que orientam política e juridicamente a profissão no país: o nosso Código de Ética e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica de 1996.

A prática profissional, se reduzida às tendências pós-modernas, corre o risco de limitar-se ao atendimento imediato e focalizado, cuja análise não consegue ultrapassar o nível da aparência, ocultando assim o seu significado no contexto antagônico das relações sociais na sociedade capitalista. Torna-se necessário, mais uma vez partindo dos pressupostos do projeto ético-político profissional, compreender as complexas relações e determinações sociais envolvidas na prática profissional, e tal compreensão não pode se dar somente “pelo domínio da razão teórica, descolada do real, ou, inversamente, de um real que se esgota em sua aparência empírica, conforme as análises de Simionato (2009, p.101).” Segundo a autora é a categoria da totalidade, e a análise dialética da sociedade e, conseqüentemente, da realidade, de seus movimentos e contradições, que possibilitam o avanço na compreensão das expressões da vida cotidiana.

Podemos observar, então, que no contexto da pós-modernidade o Serviço Social é seduzido a se apropriar das tendências pós-modernas, se afastando da categoria da totalidade, e se limitando às demandas do mercado de trabalho em suas formas mais fragmentárias (SIMIONATO, 2009).

Apesar dos avanços conquistados pela nossa categoria (MOTA, 2013), da produção e maturidade acadêmica, majoritariamente fundamentada na tradição marxista, alguns autores, a exemplo de Cantalice (2013) e Yazbek (2009) vêm detectando a presença do ideário pós-moderno nas produções acadêmicas na área do Serviço Social, apresentando uma preocupante constatação de elementos estruturadores desse ideário incorporados na produção de conhecimento em Serviço Social.

Segundo Cantalice (2013, p. 242):

[...] é possível verificarmos a incidência de inflexões da ideologia pós-moderna e, em virtude do viés teórico-político contido nesta, o estabelecimento de uma tensão entre a direção social-estratégica assumida no cerne do projeto profissional hegemônico da categoria e as apropriações neoconservadoras presentes no conjunto desses trabalhos que analisamos.

É justamente na direção social da profissão que o ideário pós-moderno apresenta seus desdobramentos mais negativos. Como bem colocou Junior (2019, p.179), podemos apontar “a maior imantação dos posicionamentos individualizantes e despolitizantes” como uma tendência pós-moderna colocada à categoria. Estes posicionamentos divergem do defendido pela nossa categoria profissional e tencionam a direção social estratégica da profissão.

As entidades da categoria não se encontram desconexas dos desafios impostos à profissão nesse contexto de crise capitalista. Segundo a ABEPSS (2018, p.421) é necessário uma resistência, perante os desafios trazidos pelas inflexões da contrarreforma da educação superior, assim como pelo ideário pós-moderno na profissão, promovendo a “articulação do Serviço Social com movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, associações e outras organizações”; buscando sempre a articulação com organizações que tenham na sua agenda a defesa intransigente da educação “pública, gratuita e de qualidade”, alinhado às demais áreas do conhecimento e operantes contra a ofensiva destrutiva do capital.

Podemos destacar como significativas estratégias de enfrentamentos aos desafios postos à produção de conhecimento na área, dentre outros, a resistência à implantação do mestrado profissional na área, bem como a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTPS, os quais são uma expressão da organização da categoria para congregar pesquisadores a tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates enriquecedores sobre os temas do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade, fortalecendo assim a produção de conhecimento no Serviço Social (ABEPSS, 2019).

Atualmente os GTPs organizam-se em torno de 8 (oito) grandes eixos, contando com um sobre os Fundamentos: “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”. Portanto, a categoria profissional através de suas entidades representativas mantém uma posição de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, princípios estes que norteiam o atual projeto de formação profissional, bem como um posicionamento contrário à forte expansão dos cursos de graduação em Serviço Social na modalidade EaD. Além do estímulo aos estudos e debates sobre os Fundamentos da profissão, a exemplo da realização do “I Seminário Nacional sobre os Fundamentos do Serviço Social”, ocorrido em novembro de 2017, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro (RJ), o qual impulsionou a publicação da coletânea “Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica” (GUERRA, 2018), publicada pela Editora Papel Social, no ano de 2018.

Enfim, nesse sentido, Iamamoto (2015) ressalta a importância do investimento na qualificação de docentes e da formação continuada para a categoria profissional. Podemos citar, ainda, o Projeto ABEPSS Itinerante que se desenvolve através de oficinas itinerantes, espaços de formação profissional e política, compondo um momento de articulação para o enfrentamento coletivo da precarização do trabalho e exercício profissional, o fortalecimento e debate sobre o ensino, pesquisa e extensão, a articulação entre a graduação e a pós-graduação e o intercâmbio entre pesquisas e pesquisadores.

#### **4 O DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA**

O debate sobre os Fundamentos do Serviço Social assume extrema relevância no contexto de ataques do ideário pós-moderno, bem como das alterações impostas pela contrarreforma do ensino superior.

Yazbek (2009) em sua análise sobre os principais fundamentos que configuram o processo através do qual o Serviço Social busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social, destaca a exigência do conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e produz análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção.

Santos (2018, p. 13) afirma que os Fundamentos do Serviço Social se constituem da história, da teoria e do método e se expressam nos “Núcleos de fundamentos da formação profissional”, que são: fundamentos da vida social, fundamentos da realidade brasileira e fundamentos do trabalho profissional. Núcleos estes que compõem as diretrizes gerais para os Cursos de Serviço Social de 1996, e que a partir da sua articulação se torna possível compreender os Fundamentos do Serviço Social. Logo, “a lógica” dos núcleos ancora a concepção dos Fundamentos do Serviço Social.

Closs (2015) aponta ainda que, considerando a consolidação do projeto ético-político profissional, os Fundamentos do Serviço Social no momento atual se assentam na conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios, na análise histórico-crítica da profissão na realidade brasileira, conformando o núcleo central da matriz explicativa hegemônica no tempo presente do Serviço Social brasileiro.

Goin (2016) defende em sua tese sobre os Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe pós-Movimento de Reconceituação, a diminuta quantidade de estudos publicados sobre o tema, indo ao encontro do que ressaltam autoras, a exemplo de Closs (2015) e Ortiz (2010). Goin (2016) vai além e afirma que, a partir da sua análise, pôde-se perceber que existem traços em comum na gênese profissional dos diversos países analisados, porém a produção e reprodução da vida social de cada um dinamizam particularidades à profissão, as quais a nível histórico-profissionais, políticos, sociais e econômicos. Podemos perceber, assim, a importância da necessidade dos estudos voltados a desvelar estas particularidades dos Fundamentos do Serviço Social, objeto da pesquisa de iniciação científica que ora apresentamos.

Podemos perceber também que, para Closs (2015), um marco significativo da problematização dos Fundamentos do Serviço Social tem como contextualização histórica e teórica o processo de debates desencadeado em torno da revisão das diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social, desde o currículo de 1982 ao atual projeto de formação profissional de 1996. Para a autora, esse processo coletivo de debate e de definição dos eixos centrais fundamentou a formação profissional e explicitou as principais tendências do debate teórico-metodológico sobre a profissão na atualidade. Ainda segundo a autora, este debate tem suas raízes na vertente crítica do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que como apresentado, no decorrer dos anos 1980 e 1990 marcou decisivamente a influência da teoria social marxista na profissão, ultrapassando as lacunas da apropriação inicial desta fonte de pensamento.

Segundo Cláudia Mônica Santos (2018), não há na literatura do Serviço Social brasileiro, um consenso quanto à concepção dos Fundamentos da profissão, tendo em vista que há uma polêmica e certa dificuldade em torno da sua compreensão e conceituação.

Vale lembrar ainda que, no Brasil, o Serviço Social tem sido objeto de investigação de pesquisadores da área, principalmente daqueles que fundamentados em uma abordagem

crítica, buscam apreendê-lo como uma totalidade, no terreno contraditório da ordem do capital, no qual emerge e se desenvolve, ressaltando a sua vinculação com a denominada questão social. A partir destes pressupostos apresentamos no tópico seguinte como se deu a sistematização e análise das amostras utilizadas em nossa pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2018 e 2019.

#### **4.1 Os caminhos metodológicos percorridos na análise dos artigos da Revista Serviço Sociais e Sociedade**

Buscou-se na pesquisa, apreender o objeto na totalidade de relações que o determinava, realizando sucessivas aproximações na trajetória que vai da aparência ao movimento da essência, na tentativa de reproduzir, no âmbito do pensamento, a riqueza e complexidade do movimento do real. Portanto, como totalidade social rica em determinações e contradições, típicas de um determinado processo histórico que se desenvolve com o protagonismo dos sujeitos sociais.

Assim, a investigação foi fundamentada na teoria social crítica, com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. Teoria esta que adota o método de análise fundamentado na razão dialética, tendo como eixo categorial a totalidade, a contradição, a mediação e a historicidade.

A totalidade diz respeito às múltiplas determinações e aos diferentes aspectos que envolvem a realidade, somente sendo possível ser apreendida através de aproximações sucessivas ao real, considerando o universal, a particularidade e a singularidade, para se atingir a essência do fenômeno; a contradição se refere à apreensão do movimento antagônico que envolve a sociedade, o caráter de oposição que determina a dinâmica das relações sociais; a mediação, portanto, permite a apreensão do movimento dialético e a conexão entre os fenômenos inseridos numa totalidade, superando a imediaticidade e apontando para a apreensão das múltiplas determinações do real; a historicidade possibilita o entendimento do caráter histórico do real e atenta para o constante processo de transformação. Enfim, através dessas categorias os fenômenos são analisados à luz da história, dos processos e das relações que o envolvem.

Para tanto, foi necessário a elaboração de um quadro teórico que contemplasse os atuais processos vinculados à dinâmica reestruturadora do capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos na esfera da economia, da política, da cultura, além dos Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Em virtude do objetivo principal delineado no estudo, foram adotadas as produções dos autores que tratam do Serviço Social brasileiro, como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Yolanda Guerra, Maria Carmelita Yazbek, Thaisa Teixeira Closs, dentre outros. Enfim, o movimento de investigação envolveu amplo levantamento bibliográfico das fontes que constituíram o aporte teórico da pesquisa.

Caracterizando-se como bibliográfica e documental, adotamos como material empírico os artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, periódico mais antigo do Serviço Social brasileiro, criado em 1979, veiculando a produção da área quadrimestralmente até o momento atual. Silva (2009) comenta que este periódico expressa o protagonismo da Editora Cortez de São Paulo, em suporte ao desenvolvimento acadêmico e técnico-científico do Serviço Social, se constituindo enquanto espaço mediador entre a produção científica da profissão e os diferentes momentos conjunturais vivenciados pela sociedade brasileira.

Como recorte temporal para o levantamento e análise do material coletado privilegiamos o período que compreende os anos de 2010 a 2017, momento em que se encontravam disponíveis eletronicamente os exemplares da referida Revista Serviço Social e Sociedade

Foi possível identificar, em nossos levantamentos iniciais a existência de 30 (trinta)

exemplares que vão do número 101 (cento e um) a 130 (cento e trinta). Desse universo, identificamos um total de 246 (duzentos e quarenta e seis) artigos com títulos e temáticas as mais variadas. Contudo, considerando o período destinado ao desenvolvimento da pesquisa, de apenas 01 (um) ano, estabelecemos critérios quantitativos e qualitativos para definição da amostra, os quais nos permitiram uma representação da realidade adequada para os propósitos da investigação.

Elaboramos, então, um banco de dados que nos permitiu uma aproximação do universo total das publicações das revistas pesquisadas, utilizando como descritores as palavras-chave Fundamentos, Formação Profissional, Trabalho Profissional e História Profissional, a partir da identificação por TÍTULOS e PALAVRAS-CHAVES nos artigos em questão.

Embora a identificação através dos descritores não tenha sido suficiente, uma vez que em alguns trabalhos constatamos apenas a palavra “Trabalho”, retratada no título/palavra-chave. Para tanto, utilizamos como critério de inclusão ou exclusão a análise pormenorizada dos resumos a fim de identificar se o artigo abordava o Trabalho Profissional ou o Trabalho enquanto categoria de análise, realizando assim a leitura dos resumos para posterior seleção.

Do total de artigos identificados, ou seja, 246 (duzentos e quarenta e seis), apenas 30 (trinta) artigos atenderam aos critérios desta investigação. Destes, 09 (nove) utilizaram como descritores as palavras Trabalho Profissional/Prática Profissional; 19 (dezenove) empregaram as Palavras Formação/Formação Profissional; apenas 01 (um) utilizou Fundamentos/Formação/História Profissional como descritores; e também 01 (um) fez o uso do descritor História Profissional. Verificamos no universo pesquisado que alguns artigos foram publicados em línguas estrangeiras, os mesmos não foram incluídos na amostra.

Vale ressaltar que, dentre os 30 (trinta) exemplares mapeados, 03 (três) não constaram artigos que atendessem aos critérios da pesquisa, não possuindo artigos relacionados aos descritores apontados. Para o propósito desta investigação, que teve como foco os Fundamentos do Serviço Social brasileiro, verificamos que apenas 02 (dois) artigos atenderam a todos os critérios pré-estabelecidos, compondo, assim, a nossa amostra final, sendo eles os que têm como descritores e palavras-chaves Fundamentos/Formação/História e História Profissional, por compartilharmos das ideias dos autores que incluem a História como Fundamentos da profissão.

Por fim, nossa amostra ficou composta pelos artigos intitulados “Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional” de autoria de Graziela Scheffer publicado no ano de 2016, e “80 anos do serviço social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão” da autora Marilda Villela Yamamoto, publicado no ano de 2017.

Para a coleta de dados elaboramos um roteiro para leitura dirigida no sentido de apreender as tendências/influências presentes nessa produção científica, tendo o intuito de ordenar, resumir e analisar as informações contidas nas fontes, de maneira que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Para a sistematização e análise crítico/analítica de todo o material coletado, consideramos os elementos historicamente mais significativos, as conexões existentes entre esses elementos e a identificação dos elos fundamentais que efetuam a mediação entre a essência e a aparência, ou a reprodução do concreto pensado.

Neste sentido, para a apreensão do objeto de estudo foi imprescindível um processo permanente de aproximações sucessivas que possibilitou desvendar as totalidades que constituem o contraditório universo do objeto de estudo.

## 4.2 A concepção sobre os Fundamentos do Serviço Social na Revista Serviço Social e Sociedade

As informações analisadas a partir do banco de dados revelaram que, do total de artigos identificados, ou seja, 30 (trinta), o eixo da Formação Profissional é o que vem sendo priorizado nas publicações do periódico Serviço Social e Sociedade analisadas. Isto confirma a tendência já apontada por Iamamoto (2016), dentre outros.

Sobre os Fundamentos do Serviço Social, foi possível verificar a sua secundarização, constando apenas 01 (um) artigo que trata, especificamente, sobre a temática e 01 (um) que discute a História do Serviço Social.

O primeiro artigo que compõe a nossa amostra, de Graziela Scheffer (2016) “Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional” traz, a partir de um estudo exploratório, a história de vida de uma das primeiras Assistentes Sociais negras da História do Serviço Social Brasileiro. A autora supracitada ressalta que o processo de laicização trouxe uma separação entre o Estado e a Igreja Católica, influenciando de forma direta no poder que a Igreja exercia perante a sociedade. Essa mudança na forma de lidar com os problemas sociais vem acompanhada pela inserção da mulher no espaço de trabalho, baseado na trilogia: educar, cuidar e assistir.

A partir da história de vida de Dona Ivone Lara, a autora faz uma recuperação da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, particularmente, no Rio de Janeiro – RJ, na década de 1930, destacando características da atividade profissional da época, como a intervenção sobre o viés persuasivo e autoritário junto às classes operárias, retratando o caráter conservador da época. Nesse sentido, apesar de não explicitar o nome “os Fundamentos do Serviço Social”, o artigo, ao se debruçar sobre a história de Dona Ivone Lara acaba dando destaque à história da profissão, a partir do seu surgimento, com um perfil eminentemente feminino, estando compatível com a concepção de “Fundamentos” expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996.

No segundo artigo, intitulado “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão” de autoria de Iamamoto (2017), o debate volta-se para as condições sociais, econômicas e políticas do país na atualidade, apontando problemas sociais como o desemprego, a exploração de recursos naturais desenfreada, impulsionada pela política econômica neoliberal e a extinção de secretarias no âmbito do governo federal. Após a introdução a referida autora busca traçar o perfil do quadro profissional pós década de 1980: maior número de profissionais do sexo feminino, atrás apenas dos Estados Unidos - EUA; sólida organização acadêmica, com programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, sendo reconhecida como área do conhecimento pelas agências de fomento. A autora discute também o processo de renovação vivido pela categoria profissional ao longo da década de 1960 até meados dos anos 1970.

Iamamoto (2017) apresenta alguns desafios postos ao Serviço Social na atualidade. No âmbito do exercício profissional a autora destaca o tensionamento entre o projeto ético-político da profissão e as condições de trabalho do/da Assistente Social enquanto trabalhador assalariado, o aumento das formas de contratação cada vez mais precárias e a defasagem salarial. No âmbito da formação profissional ressalta a modalidade de ensino à distância como um dos grandes desafios enfrentados pela formação acadêmica na atualidade, pois reforça o ensino em uma perspectiva não crítica e acelerada, representando o Serviço Social o terceiro curso mais procurado nessa modalidade. A autora conclui destacando a importância do fortalecimento da categoria profissional, que deve estar alinhada aos movimentos e lutas dos trabalhadores enquanto classe e a necessidade da resistência e reforço ao trabalho de base, ou seja, ao trabalho de educação política.

Podemos assim dizer que os artigos analisados tratam dos Fundamentos do Serviço Social, tendo em vista o exposto por Closs (2015) e Guerra (2018), dentre outros. A partir das leituras e análises dos citados artigos podemos perceber uma relação de sintonia entre a concepção de Fundamentos do Serviço Social trazida pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e o tratamento dado ao assunto nos artigos analisados.

O artigo de Scheffer (2016) e o de Yamamoto (2017) reforçam os objetivos dos núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares de 1996, partindo de uma abordagem ancorada na perspectiva histórica e com um enfoque na totalidade social, estando assim em sintonia com o proposto pelas citadas Diretrizes.

Podemos considerar, após análise dos artigos que compuseram a nossa amostra, que não há a explicitação de um conceito definido do que seriam os Fundamentos do Serviço Social, embora as palavras chave contenham o termo Fundamentos e os artigos tratem de assuntos ligados aos Fundamentos não explicitam uma concepção sobre o tema. Constatando a tendência já identificada por Closs (2015, p.214) de que: “a abordagem direta dos Fundamentos do Serviço Social nos periódicos da área é extremamente diminuta, especialmente no que se refere a publicações que realizem um trato conceitual abrangente deste tema”.

Guerra (2018, p.13) destaca que uma pesquisa realizada pela ABEPSS identificou que há certa dificuldade, por parte da docência, de compreensão dessa concepção do que seriam os ‘Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social’, além dos relatórios regionais do projeto ABEPSS itinerante que indicaram uma dificuldade por parte dos docentes na compreensão da lógica das Diretrizes Curriculares de 1996.

Neste sentido, enfim, os artigos analisados trazem implicitamente uma concepção de Fundamentos, a nosso ver, relacionados à história, à teoria e ao método utilizado pela profissão ao longo de sua história, conforme discussão sobre a história profissional trazida por Yamamoto (2017), e a relação entre Igreja e Serviço Social tratada por Scheffer (2016). Essa perspectiva de análise crítica e sob a tendência da totalidade na apreensão da realidade é apresentada como um dos princípios das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996, p.7): “Apreensão crítica do processo histórico como totalidade”.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao discutirmos a contrarreforma do ensino superior e seguidamente as imposições do ideário pós-moderno podemos perceber os fortes ataques sofridos pelo Serviço Social. Ataques estes que repercutem na produção do conhecimento, quando nossa perspectiva crítica de análise é questionada no interior mesmo da profissão; bem como na formação profissional, quando observam os cortes de verbas das instituições de ensino públicas, censura aos conteúdos ministrados, enfim, todas as repercussões que dizem respeito à privatização das universidades públicas.

A partir da análise dos artigos que compuseram nossa amostra foi possível perceber a diminuta produção científica sobre o tema, já apontada por Closs (2015).

Acreditamos que a pesquisa realizada assumiu relevância, na medida em que trouxe à tona a necessidade de mais estudos referentes à temática em questão, principalmente no contexto de contrarreforma do ensino superior e de espraiamento do ideário pós-moderno.

Como ressalta Guerra (2010), é fundamental a busca pelos fundamentos nesse contexto, no qual o ideário pós-moderno refuta os fundamentos, priorizando a aparência, o imediato, o efêmero, o micro etc.

Cabe ressaltar também a importância da iniciação científica e dos projetos de extensão universitária durante a graduação, contribuindo para uma formação mais qualificada,

principalmente ao possibilitar ao graduando o contato, ainda que incipiente, com a experiência da pesquisa e com a comunidade ao seu redor.

Acreditamos que os achados da pesquisa poderão contribuir para o aprofundamento das discussões na agenda profissional acerca da temática, assim como estimular novas pesquisas, na medida em que se buscou realizar uma aproximação qualificada ao objeto de pesquisa, possibilitando dar visibilidade a importância de estudos em torno desta temática tão passível de dificuldades de compreensão (SANTOS, 2018).

Acrescentamos ainda, a partir da breve discussão realizada neste artigo a relação de oposição entre os Fundamentos do Serviço Social e os ideais trazidos pelo ideário pós-moderno. Mesmo possuindo uma relação de antagonismo, este ideário impulsionado pela atual crise capitalista tem sido absorvido, embora pontualmente, pela produção teórica do Serviço Social.

Cabe à categoria profissional, por meios de suas entidades representativas, continuar a reforçar e manter seu posicionamento de luta e resistência perante os mais diversos desafios apresentados neste trabalho. Podemos destacar a importância do posicionamento ético e político profissional, da perspectiva crítica e totalizante de análise da realidade social como estratégias marcantes de resistência aos ideários pós-modernos e contrarreformistas impostos na atualidade.

Enfim, estudar e pesquisar sobre os Fundamentos do Serviço Social foi uma experiência desafiante, embora riquíssima, pois acreditamos ter contribuído na afirmação da importância de se debruçar sobre o Serviço Social e reforçar o direcionamento ético, político e social da profissão.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A Formação Profissional em Serviço Social e a Mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. *In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.* São Paulo: Cortez, 2016, p. 235-263.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL- ABEPSS. Posicionamento da ABEPSS sobre a ofensiva da extrema direita contra a educação pública e seus impactos para a pós-graduação. *In: Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 18, n. 36, jul/dez 2018, n.p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL- ABEPSS. **Home/ GTPs**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/gtps.html>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Cadernos ABEPSS. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)> acesso em 02 de maio de 2019, às 11:15.

ANTUNES, Andressa; LEMOS, Esther. A Contrarreforma no Ensino Superior Brasileiro: determinantes históricos. *In: Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 18, n.35, jan/jun2018. p. 12-28.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº1.428**. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Brasília, DF: Ministério da Educação, 31 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.xhtml>. Acesso em: 29 out. 2019.

CANTALICE, Luciana. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CASTILHO, Daniela; LEMOS, Esther; GOMES, Vera. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 130, set/dez 2017, p. 447-466.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2015. 253 f.

COGGIOLA, Osvaldo. Contra essa reforma Universitária. *In: Revista Universidade e Sociedade*. A contra reforma universitária do Governo Lula. Editora ANDES. Brasília, ano 14, n.33, 2004.p.13-22.

COSTA, Fabiana. As particularidades do Ensino Superior Brasileiro nos marcos do capitalismo dependente. *In: Revista Temporalis*, Brasília, ano 18, n. 35, jan/jun2018, p.29-45.

FÉRRIZ, Adriana; PATRIOTA, Lúcia; SILVEIRA, Sandra (orgs). **O curso de serviço social na UEPB**: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do serviço social na América latina e no caribe**: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2016. 216 f.

GUERRA, Yolanda. A Formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo; Cortez, n. 104, out/dez 2010, p.715-736.

GUERRA, Y. O potencial da pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social. **COLÓQUIO**: Trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social. Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (RETAS) . Maceió - AL, 2010. Disponível

em: <[https://drive.google.com/file/d/0B2zBHhnHGVbMDAyYTliNzUtOGFjNC00Zjc0LWJlMjMtZmI1ZjhmZWQwOTU1/view?hl=pt\\_BR](https://drive.google.com/file/d/0B2zBHhnHGVbMDAyYTliNzUtOGFjNC00Zjc0LWJlMjMtZmI1ZjhmZWQwOTU1/view?hl=pt_BR)> . Acesso em: 20/11/2019.

GUERRA, Yolanda et, all (orgs) . **Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *In: Serviço Social e Sociedade*, n. 128. São Paulo: Cortez, jan./abr. 2017. p. 13-38.

JUNIOR, Adilson. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. *In: Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 16, n. 31, jan/jun2016, p.167-187.

LARA, Ricardo. Pesquisa e serviço social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. *In: Revista Katálisis*, Florianópolis, v.10, n. esp, 2007. p.73-82.

MESZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social Brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálisis*, Florianópolis, v.16, n. esp, 2013. p. 17-27.

MOTTA, Vânia Cardoso (org.). **Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 187-210.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço social no Brasil Pós- 64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de janeiro: E-papers, 2010.

PAULA, Alisson. A privatização da educação superior brasileira e as novas/velhas teses do Banco Mundial. *In: Revista Universidade e Sociedade*. Editora ANDES. Brasília, n.62, 2018.p.60-73.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL. **O caminho da prosperidade**. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>>. Acesso em: 10 out. 2019.

PEREIRA, Larissa; SOUZA, Andréa; FERREIRA, Andreza. Ensino superior e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social. *In: Motta et al. (org.). Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 187-210.

PRADO, Júnior. **A formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Prefácio. *In: GUERRA et al. (org.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.* Campinas: Papel Social, 2018, p. 11-17.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Trinta anos da Revista Serviço Social & Sociedade:** contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *In: Revista Serviço Social e Sociedade, n.º. 100.* São Paulo: Cortez, 2009, p. 599 - 649.

SCHEFFER, Graziela. Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional. *In: Serviço Social e Sociedade, n. 127.* São Paulo: Cortez, set./dez. 2016. p. 476-495.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009, p. 143-163.

VIEIRA, Rafael. O programa para a educação superior de Jair Bolsonaro: empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo público. *In: Revista Universidade e Sociedade.* Editora ANDES. Brasília, n.64, 2019. P.90-101.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009p. 143-163.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àqueles que tornaram possível a realização desse sonho, meus pais Luiz Carlos e Célia, sem vocês esta graduação não seria possível. À minha mãe, pelo seu imensurável amor e apoio, nunca me esquecerei da sua emoção ao saber de minha aprovação no vestibular para este curso. Devo a vocês tudo que sou.

Às colegas de curso agradeço pela convivência e conhecimentos partilhados, em especial as amigas Andrezza, Bruna e Livramento. Vocês foram um presente que a graduação me trouxe. Agradeço pelos momentos juntos e pela amizade durante e após esta graduação.

Aos demais familiares e amigos, obrigado pela amizade e pelo apoio em seus mais diversos aspectos, sempre muito valiosos.

Por fim, meu agradecimento especial às professoras do Departamento de Serviço Social da UEPB, pelo conhecimento adquirido e pelas experiências vivenciadas ao longo desses anos de graduação. Agradeço em especial à minha orientadora, Professora Doutora Mônica Barros da Nóbrega, que me guiou com dedicação e atenção ao longo da iniciação científica e da conclusão deste trabalho.